



JUSTIÇA

Racismo reverso: STJ afasta injúria racial contra pessoa branca em razão da cor da pele

De acordo com a denúncia do Ministério Público de Alagoas, o réu negro teria cometido injúria racial contra um italiano



COMUNICADOR DE FATOS

Secretário de Comunicação destaca avanços na redução da criminalidade e critica a desinformação do deputado Alfredo "Popstar"

Wendel Palhares compara a atual segurança pública de AL com a gestão de Téo Vilela:

'Impeachment seria certo em 2012'



FECHANDO O CERCO

Depoimento de ex-presidente de comissão aponta tentativa de manipulação de recursos

Investigação de Flávio Dino sobre emendas parlamentares pressiona Arthur Lira

SAIU NA FRENTE

Paulo Dantas prepara plano de R\$ 5 milhões para a Região Metropolitana de Maceió

Governo do Estado assume protagonismo e avança em plano de mobilidade



CAOS EM RIO LARGO

GG tentou influenciar a Câmara e exonerou aliados de vereadores, mas recuou diante da pressão

Interferência de Gilberto Gonçalves gera crise na gestão de Carlos Gonçalves

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Não existe racismo reverso

A decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao conceder habeas corpus e anular os atos de um processo por injúria racial contra um homem negro acusado de ofender um branco representa um marco na compreensão jurídica do racismo estrutural no Brasil. O entendimento de que a injúria racial só se configura quando há histórico de opressão e desigualdade reafirma a impossibilidade da tese do chamado "racismo reverso".

A argumentação do ministro relator Og Fernandes é clara: o crime

de injúria racial está inserido em um contexto de proteção de grupos histórica e sistematicamente marginalizados. O racismo é um fenômeno estrutural, fruto de uma dinâmica de poder e exclusão, que não pode ser equiparado a eventuais ofensas dirigidas a indivíduos brancos. Esse reconhecimento jurídico reforça a necessidade de interpretar a legislação antirracista levando em consideração a realidade social e histórica do país. O caso em questão envolve um desentendimento entre o réu e um cidadão italiano, em um contexto de não pagamento por serviços

prestados. Ainda que a expressão utilizada pelo réu possa ser considerada ofensiva, a tentativa de enquadrá-la como injúria racial ignora o próprio fundamento dessa tipificação penal, que não se aplica a grupos historicamente privilegiados. Como destacou o STJ, o racismo e seus desdobramentos legais dizem respeito a um sistema de opressão e não a uma questão meramente individual.

O entendimento firmado pelo tribunal não exclui a possibilidade de responsabilização por eventuais ofensas à honra de uma pessoa branca, mas aponta para a necessidade de um enquadramento jurídico adequado, sem desvirtuar o propósito da legislação antirracista. A aplicação correta da lei evita equívocos que banalizam o racismo e desviam o foco da luta contra a discriminação estrutural.

"RACISMO REVERSO"



COLUNISTAS

Voney Malta

O retorno do influente João Caldas como 'senador adjunto'



É claro que o cargo inexistente, mas é óbvio que a influência de João Caldas cresceu com a chegada definitiva de sua esposa, Eudócia Caldas, no Senado após a renúncia de Rodrigo Cunha.

Se em Alagoas ele é menos influente e é tratado até com um certo desdém no meio político - mesmo com o filho prefeito de Maceió, como 'senador adjunto' em Brasília o seu prestígio só aumentou.

JC foi deputado federal de 1999 a 2014. E mesmo sem mandato tinha prestígio em Brasília no governo Jair Bolsonaro e entre deputados, o que não mudou na atual gestão petista e entre os congressistas.

Lógico que agora deu uma turbinada, é grande conselheiro por conta da importante função de marido da senadora e profundo conhecedor dos corredores do poder.

João Caldas é ouvido por todos e está articulando como nos seus melhores velhos tempos na capital federal.

Em Alagoas está gerando ciúmeira.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

COMUNICADOR DE FATOS

Secretário de Comunicação destaca avanços na redução da criminalidade e critica a desinformação do deputado Alfredo "Popstar"

Wendel Palhares compara a atual segurança pública de AL com a gestão de Téo Vilela: 'Impeachment seria certo em 2012'

O secretário estadual de Comunicação, Wendel Palhares, concedeu, na quinta-feira, 6, uma entrevista à Rádio Senado FM, abordando as perspectivas do governo de Alagoas para 2025 e os avanços na segurança pública do estado. Durante a conversa, Palhares destacou a redução histórica dos índices de criminalidade, comparando-os com as

gestões anteriores. Chegou a afirmar que, se fosse hoje, o ex-governador Téo Vilela certamente teria sofrido um impeachment devido à alta criminalidade que assolava o estado de Alagoas em 2012, que chegou ao patamar absurdo de 2.000 homicídios.

Ele enfatizou o compromisso do governo de Paulo Dantas com a transparência e a veiculação de informações fidedignas para a população. Além disso, elogiou a atuação do secretário de Segurança Pública, Flávio Saraiva, afirmando que Alagoas atingiu "os melhores indicadores de redução da criminalidade de todos os tempos".

O secretário destacou que, em 2012, Alagoas

registrava cerca de 2.000 homicídios por ano. "Peço desculpas ao ex-governador Téo Vilela, mas ele sofreria um impeachment se fosse hoje", afirmou.

E salientou: "O governo do Estado e o governador Paulo Dantas jamais disseram que está tudo bem. O governo do Estado jamais afirmou que está tudo tranquilo em Alagoas, mas é necessário reconhecer que este é o governo que mais reduziu a violência."

Ainda durante a entrevista, Wendel Palhares comentou o avanço das mídias sociais, que transformaram todos os internautas em "jornalistas", fomentando, muitas vezes, a desinformação. Situação que, muitas vezes, é estimulada até por políticos da oposição, como deputados, que utilizam dados ultrapassados para tentar manchar a atual administração. "Em 2012, havia vários cinegrafistas cobrindo casos de violência para diferentes canais de comunicação. Hoje, todo mundo tem uma câmera no celular, todo mundo é cinegrafista e comunicador", afirmou.

E acrescentou: "Antigamente, em 2011, por exemplo, uma Secretaria de Comunicação e uma Secretaria de Segurança Pública podiam divulgar os números que quisessem. Não havia o Ministério da Justiça como há hoje, que chega e questiona: 'Peraí, me dê os dados. Quem são essas pessoas?' Hoje, a Secretaria de Segurança Pública divulga quantas pessoas morreram no dia, quem foram essas pessoas, onde ocorreram as mortes, a origem delas e o que realmente aconteceu. Além disso, ela ainda revisa os

números um mês depois, porque, às vezes, a pessoa foi baleada, foi para o hospital e morreu 15 dias depois. Em vez de simplesmente registrar como alguns estados fazem, dizendo que a pessoa faleceu por causas naturais no hospital, a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas faz o seguinte: se, no dia 1º de fevereiro, ela divulgar que 30 pessoas morreram em janeiro, e uma delas morreu 15 dias depois devido a uma tentativa de assassinato, classificando-a como homicídio, a secretaria revisa os números e corrige os dados. Isso demonstra uma maior transparência."

O secretário também defendeu a importância da comunicação governamental para manter um diálogo transparente com a população. "Temos uma missão urgente, que é a defesa da informação em sua integridade", ressaltou Palhares. A entrevista foi conduzida pelos jornalistas Valtenor Leônico e Geraldo Câmara e reafirmou o compromisso do governo de Paulo Dantas com a segurança pública e a transparência na gestão estadual.



FECHANDO O CERCO

Depoimento de ex-presidente de comissão aponta tentativa de manipulação de recursos

Investigação de Flávio Dino sobre emendas parlamentares pressiona Arthur Lira

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino conduz uma investigação sigilosa sobre a manipulação de emendas orçamentárias pelo ex-

presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O inquérito, que pode afetar os planos políticos de Lira, ganhou novos contornos com o depoimento do deputado José Rocha (União-BA) à Polícia Federal.

Rocha, ex-presidente da Comissão de

Integração Nacional da Câmara, revelou ao UOL que foi ouvido há duas semanas a pedido de Dino. "Formalizei aquilo que já vinha dizendo publicamente: Arthur Lira impediu que eu cumprisse determinação do ministro Flávio Dino de apresentar os nomes dos autores de todas as emendas propostas pela minha comissão", afirmou.

O parlamentar já havia denunciado anteriormente que Lira tentou afastá-lo da comissão e direcionar R\$ 320 milhões em emendas para Alagoas, seu reduto eleitoral. Segundo Rocha, Lira o pressionou a seguir uma lista pré-definida por sua assessoria, privilegiando o estado alagoano.

O inquérito da PF foi aberto no final de dezembro para investigar o descumprimento de uma decisão de Dino, que determinava a divulgação dos autores das emendas. No dia 12 daquele mês, Rocha convocou a comissão para registrar os responsáveis pelos repasses em ata. No mesmo dia, Lira, ainda como presidente da Câmara, editou um ato suspendendo a reunião.

A investigação conduzida por Dino pode afetar não apenas as pretensões eleitorais de Lira em Alagoas, mas também sua possível nomeação na reforma ministerial que o presidente Lula deve promover nas próximas semanas. A questão que se impõe é: Lula indicará Lira para um ministério mesmo se Dino concluir que ele agiu para desviar emendas parlamentares?

Além do impacto jurídico, a investigação coloca à prova o peso político de Lira na Câmara. Seu aliado Hugo Motta (Republicanos-PB) assumiu a presidência da Casa com seu apoio explícito, e a reação dos deputados diante do avanço do inquérito será um fator determinante para o futuro do ex-presidente da Câmara.



CAOS EM RIO LARGO

GG tentou influenciar a Câmara e exonerou aliados de vereadores, mas recuou diante da pressão

Interferência de Gilberto Gonçalves gera crise na gestão de Carlos Gonçalves

O prefeito de Rio Largo, Pedro Carlos (eleito como Carlos Gonçalves), enfrentou nesta semana sua primeira grande crise política, causada pela interferência do ex-prefeito Gilberto Gonçalves (GG) na gestão municipal. Atualmente ocupando o cargo de supersecretário de Governo — uma função criada por ele próprio nos últimos dias de sua administração —, GG tem atuado como se ainda comandasse o município, influenciando diretamente decisões administrativas.

A crise ganhou força quando Gilberto Gonçalves tentou indicar os presidentes das comissões da Câmara Municipal. No entanto, oito dos 13 vereadores da base aliada de Pedro Carlos barraram a manobra. Insatisfeito com a resistência, GG retaliou exonerando servidores nomeados pelos parlamentares, o que gerou forte reação. Diante da pressão, os vereadores exigiram a saída do supersecretário. Para evitar o agravamento do impasse,

o prefeito respaldou a decisão da base aliada, levando GG a recuar.

Diante da reação negativa, o ex-prefeito pediu desculpas aos vereadores e revogou as exonerações. Em contato com o jornal Extra, Pedro Carlos tentou minimizar a crise, afirmando que Gilberto Gonçalves segue integrando sua equipe de governo.

A tentativa de GG de influenciar a composição da Câmara está diretamente ligada a um antigo embate com fazendeiros da região. Desde seu primeiro mandato, o ex-prefeito defende a transformação de áreas rurais em zonas urbanas para a cobrança de IPTU sobre terras agrícolas, especialmente as pertencentes à usina Utinga Leão e outros proprietários de fazendas.

Durante seu segundo mandato, Gonçalves encaminhou um projeto nesse sentido à Câmara, mas a proposta foi rejeitada, intensificando o conflito entre Executivo e Legislativo. À época, o então prefeito acusou os vereadores de receberem propina para barrar a iniciativa.

Agora, como supersecretário, GG tentou emplacar aliados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, com o objetivo de retomar o projeto de taxação das terras. Fontes próximas aos fazendeiros afirmaram ao Extra que, por trás do discurso de aumento da arrecadação municipal, haveria um interesse maior: dificultar a situação dos produtores rurais para, posteriormente, viabilizar a aquisição dessas terras a preços reduzidos.



JUSTIÇA

De acordo com a denúncia do Ministério Público de Alagoas, o réu negro teria cometido injúria racial contra um italiano

Racismo reverso: STJ afasta injúria racial contra pessoa branca em razão da cor da pele

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus para anular todos os atos de um processo por injúria racial movido contra um homem negro, acusado de ofender um branco com referências à cor da pele.

No julgamento, o colegiado afastou a possibilidade de reconhecimento do chamado “racismo reverso”, ao considerar que “a injúria racial não se configura em ofensas dirigidas a pessoas brancas exclusivamente por esta condição”, pois “o racismo é um fenômeno estrutural que historicamente afeta grupos minoritários, não se aplicando a grupos majoritários em posições de poder”.

De acordo com a denúncia do Ministério

Público de Alagoas, o réu teria cometido injúria racial contra um italiano, por meio de aplicativo de mensagens, chamando-o de “escravista cabeça branca europeia”. A troca de mensagens teria ocorrido após o réu não receber por serviços prestados ao estrangeiro.

Lei protege grupos historicamente discriminados

O relator do pedido de habeas corpus, ministro Og Fernandes, afirmou que o caso revela uma ilegalidade flagrante. Segundo ele, a tipificação do crime de injúria racial, previsto no artigo 2º-A da Lei 7.716/1989, visa proteger grupos minoritários historicamente discriminados. “A interpretação das normas deve considerar a realidade concreta e a proteção de grupos minoritários, conforme diretrizes do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, declarou.

Com base no protocolo, que reconhece o racismo como um fenômeno estrutural baseado na hierarquia racial historicamente imposta por grupos dominantes, o ministro destacou que a injúria racial só se configura quando há uma relação de opressão histórica

— o que não se verificava no caso em discussão.

Og Fernandes mencionou também o artigo 20-C da Lei 7.716/1989, segundo o qual a interpretação das normas sobre crimes raciais deve tratar como discriminatória “qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência”.

População branca não pode ser considerada minoritária

No entendimento do relator, “a expressão ‘grupos minoritários’ indubitavelmente não se refere ao contingente populacional de determinada coletividade, mas àqueles que, ainda que sejam numericamente majoritários, não estão igualmente representados nos espaços de poder, público ou privado, que são frequentemente discriminados inclusive pelo próprio Estado e que, na prática, têm menos acesso ao exercício pleno da cidadania”.

“Não é possível acreditar que a população brasileira branca possa ser considerada como minoritária. Por conseguinte, não há

como a situação narrada nos autos corresponder ao crime de injúria racial”, avaliou o ministro.

Em seu voto, Og Fernandes ressaltou que é perfeitamente possível haver ofensas de negros contra brancos, porém, sendo a ofensa baseada exclusivamente na cor da pele, tais crimes contra a honra teriam outro enquadramento que não o de injúria racial.

“A injúria racial, caracterizada pelo elemento de discriminação em exame, não se configura no caso em apreço, sem prejuízo da análise de eventual ofensa à honra, desde que sob adequada tipificação”, concluiu o relator ao conceder o habeas corpus para afastar qualquer interpretação que considere a injúria racial aplicável a ofensas dirigidas a pessoas brancas exclusivamente por essa condição.

PRAIA PRIVADA É PIADA

Empreendimento particular cria barreiras em praia protegida e impede acesso da população

Praia de Camaragibe vira propriedade privada, e MPF entra em ação contra fechamento de acesso público

A Praia dos Morros, localizada no litoral norte de Alagoas, está sendo tratada como uma praia privada, com restrições de acesso que afetam diretamente a população local e turistas. O Ministério Público Federal (MPF) entrou em ação após constatar que um empreendimento de residências para aluguel por temporada bloqueou todas as vias de acesso à praia, impedindo que a população tivesse o direito de usufruir de um bem público protegido por lei. A situação gerou indignação, e o MPF se comprometeu a tomar todas as medidas necessárias para garantir que a população tenha acesso livre à praia.

O caso revela uma preocupante apropriação indevida de um bem público por parte de interesses privados, algo que parece se tornar cada vez mais comum em regiões turísticas. Os empreendedores, ao instalar cancelas e guaritas, restringiram o direito de ir e vir dos cidadãos, fechando as portas de um espaço natural que deveria ser de uso coletivo. O MPF, sob a coordenação do procurador



da República Lucas Horta, está cobrando uma solução imediata e legal para restaurar o acesso à praia, ameaçando adotar medidas judiciais caso a situação não seja resolvida de forma amigável. O recado é claro: a especulação imobiliária não pode se sobrepor ao direito da população.

O inquérito civil do MPF identificou que, desde 2011, o acesso à praia foi progressivamente obstruído, sem qualquer justificativa plausível para tal. A denúncia de moradores e frequentadores da praia, junto com a constatação do MPF, revelou que a praia, situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais, foi tomada por empreendimentos privados que passaram a tratar o acesso ao local como um privilégio restrito a poucos. Isso não só despreza as

leis ambientais, mas também infringe o direito básico de acesso da população aos recursos naturais.

O MPF propôs a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de reabrir os acessos à praia, além de exigir que os empreendedores proporcionem uma compensação financeira pela restrição imposta por anos. A medida visa garantir que, além da reabertura, os danos causados pelo fechamento sejam reparados de forma justa. A preocupação do MPF é que a ação privada, sem controle público adequado, possa se espalhar por outras praias e regiões do estado, tomando bens naturais exclusivos para um número restrito de pessoas.

Diante dessa situação, é fundamental

que as autoridades locais, incluindo a Prefeitura de Passo de Camaragibe, assumam a responsabilidade de fiscalizar empreendimentos e garantir que o acesso às praias seja livre e aberto a todos. A recente atuação do MPF surge como um alerta sobre a importância de combater abusos e preservar o direito da população a um ambiente natural. O caso da Praia dos Morros não pode ser tratado como uma exceção, mas como um exemplo de como o poder público deve atuar contra práticas irregulares e garantir a proteção dos bens públicos.

DINHEIRO

Estado busca formas de ressarcir o governo federal, mas não há ainda processo formal

Alagoas deve R\$ 295,3 milhões à União por compensação excessiva do ICMS

Cinco estados brasileiros devem um total de R\$ 7,6 bilhões à União após receberem valores acima do previsto no acordo de compensação pelas perdas com a redução do ICMS sobre combustíveis, determinada por lei em 2022. Alagoas está entre os devedores, com um saldo de R\$ 295,3 milhões a reembolsar, segundo valores atualizados até 1º de janeiro deste ano.

O maior débito é de São Paulo, que precisa devolver R\$ 5,7 bilhões. Maranhão (R\$ 708,9 milhões), Piauí (R\$ 491,4 milhões) e Pernambuco (R\$ 321,4 milhões) também estão na lista, segundo informações da Folhapress.

A dívida segue sem resolução enquanto os estados

negociam a adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que permite a renegociação de débitos com redução de juros. No texto aprovado pelo Congresso, havia uma proposta de anistia para essa dívida, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o trecho, atendendo a um pedido do Ministério da Fazenda e da Advocacia-Geral da União (AGU).

A polêmica começou em 2022, quando o então presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que limitou o ICMS sobre combustíveis para conter a alta dos preços em ano eleitoral. Estados recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo indenização pelas perdas. Já no governo Lula, um acordo garantiu uma compensação de R\$ 26,9 bilhões até 2026, mas algumas unidades da federação conseguiram suspender pagamentos de parcelas da dívida com a União, resultando em um saldo extra que agora precisa ser devolvido.

Os estados podem quitar essa pendência incorporando-a ao saldo total da dívida com a União, assinando um contrato de

refinanciamento ou firmando convênios para repassar recursos a obras de interesse do governo federal. Segundo o Tesouro Nacional, Pernambuco e Maranhão já negociam novas tratativas com a União, enquanto Alagoas e Piauí apenas consultaram o órgão sobre as opções disponíveis, sem formalizar um processo.

Em nota, a Secretaria da Fazenda de Alagoas informou que pretende refinarar o débito conforme os parâmetros do Propag, aguardando a regulamentação da nova lei para confirmar sua adesão ao programa.



ELEIÇÕES 2026

Ministro reforça a crença de que JHC deve seguir na prefeitura até o fim do mandato

Renan Filho descarta JHC na disputa pelo governo de Alagoas, mas teme embate pelo Senado

O ministro dos Transportes e ex-governador de Alagoas, Renan Filho, tem assegurado a aliados que o prefeito de Maceió, JHC, não será candidato ao governo do Estado em 2026. No entanto, há um receio de que o gestor da capital alagoana dispute uma vaga no Senado, o que poderia impactar diretamente os planos do senador Renan Calheiros, pai do ministro.

Confiante em sua reeleição ao governo, Renan Filho minimiza a influência de JHC no cenário estadual e afirma não temer o eleitorado de Maceió, apostando na lealdade do interior alagoano ao seu grupo



político.

A aliados próximos, o ministro reforça a crença de que JHC deve seguir na prefeitura até o fim do mandato, focado em consolidar o poder de sua família. Entre as movimentações possíveis, estariam a tentativa de reeleição da mãe, a eleição da esposa para deputada federal e a candidatura do pai ou do irmão para a Assembleia Legislativa.

O governo do Estado, no entanto, estaria fora do horizonte do prefeito, segundo Renan Filho. O ministro, que alimenta o desejo de compor uma chapa como vice do presidente Lula, admite que seu caminho mais provável é retornar ao Palácio República dos Palmares – e, de acordo com sua avaliação, sem concorrentes à altura. (Com informações do jornalista Ricardo Mota)

OUTRO MINISTRO ALAGOANO?

Líder do MDB na Câmara atribui especulações ao cenário pós-eleição do Congresso

Isnaldo Bulhões Jr. é cotado para Ministério das Relações Institucionais, mas nega recebimento de convite

O deputado federal Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) tem sido apontado como um dos possíveis nomes para assumir o Ministério das Relações Institucionais em uma eventual reforma administrativa do governo Lula. Apesar dos rumores, o parlamentar nega ter recebido qualquer convite formal.

Bulhões acredita que as especulações surgiram após a eleição das mesas diretoras do Congresso Nacional, realizada em 1º de fevereiro. “Fico feliz de ser lembrado com tanta intensidade, o que prova que tenho construído uma boa relação na Casa. Mas não houve efetivamente nenhuma manifestação do governo, nem sinalização ou convite. Falei com o presidente Lula recentemente, mas não tocamos no assunto”, afirmou.

Para o líder do MDB, os rumores refletem sua

proximidade com os novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). “Acho que as especulações surgiram pelo resultado da eleição no Congresso e pela

minha relação de amizade fraterna com Hugo e Davi, além da convivência no colegiado de deputados e senadores”, explicou.

Sobre uma possível indicação, Bulhões se mantém cauteloso. “Ninguém é candidato a

ministro”, afirmou. Segundo ele, qualquer reforma administrativa pode seguir duas lógicas: o reequilíbrio da coalizão governista, com partidos da base ocupando cargos estratégicos, ou uma reestruturação interna do Palácio do Planalto, que seria uma decisão pessoal do presidente Lula.

O parlamentar também destacou que mudanças na estrutura do governo podem envolver cargos fundamentais, como a Casa Civil, responsável pelo gerenciamento interno; a Secretaria-Geral da Presidência, que mantém diálogo com a sociedade; a Secretaria de Comunicação, que cuida da relação com a imprensa e da publicidade; e o Ministério das Relações Institucionais, que faz a interlocução com os demais poderes. “São cargos que dependem da percepção do governo, da confiança e do entendimento sobre seu funcionamento”, analisou.





Videomonitoramento complementa sistema de semáforos inteligentes de Maceió

O novo sistema de videomonitoramento, que já está em operação, é mais um recurso tecnológico utilizado para trazer fluidez e segurança ao trânsito da cidade. Ele complementa a semaforização inteligente e é composto por câmeras que, ao contrário dos equipamentos já instalados, operam independentemente da ação humana. As informações de velocidade e volume de veículos são captadas e enviadas para o Centro de Controle Operacional (CCO), que é monitorado 24 horas por dia por técnicos e acompanhado por agentes do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito (DMTT).



Compensação e requalificação de espaços de convívio social das áreas afetadas e da mobilidade urbana



Centro de Controle Operacional (CCO)

- Profissionais monitoram todos os dados coletados e fazem ajustes, caso necessário
- Equipe também gera relatórios em tempo real para otimizar operação

Videomonitoramento

- Presente em 26 pontos ao longo de 17 vias
- Área de cobertura de 74 faixas de trânsito
- Câmeras utilizam inteligência artificial
- Operação autônoma



Semáforos inteligentes

- Distribuídos em 30 cruzamentos, entre o viaduto BR-316 e a Praça do Centenário
- Calculam, em tempo real, o intervalo adequado para cada cruzamento



Termo de Acordo Socioambiental

A implementação de medidas para a melhoria da mobilidade urbana faz parte do Termo de Acordo Socioambiental, firmado em dezembro de 2020 entre o Ministério Público Federal (MPF), com a participação do Ministério Público Estadual (MPE) e adesão do Município de Maceió e a Braskem.

Acompanhe os Compromissos da Braskem com Maceió em:
www.braskem.com/compromissosmaceio



Entre no nosso
WhatsApp:
82 99973-7161

0800 006 3029

De segunda a sexta, das 8h às 18h (exceto feriados). Ligações gratuitas, inclusive de celulares.

Braskem

SAIU NA FRENTE

Paulo Dantas prepara plano de R\$ 5 milhões para a Região Metropolitana de Maceió

Governo do Estado assume protagonismo e avança em plano de mobilidade urbana

Em uma jogada estratégica, o governador Paulo Dantas (MDB) anunciou a elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana para a Região Metropolitana de Maceió (RMM), uma medida que coloca o governo estadual na frente da administração municipal na resolução de um dos maiores problemas da cidade: o trânsito. Com um orçamento inicial de R\$ 5 milhões e previsão de entrega para novembro de 2025, o plano promete transformar a mobilidade na capital e em cidades vizinhas, como Rio Largo e Marechal Deodoro. Porém, a proposta evidencia uma falha do prefeito JHC (PL), que até agora não conseguiu apresentar soluções concretas para a crise de mobilidade de Maceió.

O impacto imediato do plano estadual, que inclui desde revitalização do transporte ferroviário até melhorias nas vias intermunicipais, pode ser

sentido pela população, já que afetará diretamente cerca de meio milhão de veículos. Mas é a falta de ação concreta da Prefeitura de Maceió que chama atenção. Enquanto o governo do Estado está se antecipando e garantindo investimentos, JHC parece ainda mais distante da solução do problema, que é uma das maiores críticas ao seu governo. A administração do prefeito, que deveria liderar iniciativas locais, vê a liderança do Estado deixando o município para trás, sem um plano abrangente e eficaz.

O projeto estadual, que também conta com o suporte do Ministério dos Transportes, possui recursos consideráveis, com a promessa de melhorar a infraestrutura do transporte público. A aliança política entre Paulo Dantas e Renan Filho, com o aporte de R\$ 100 bilhões no Plano Nacional de Ferrovias, dá ao governo estadual uma vantagem considerável, enquanto a Prefeitura de Maceió parece estar na retaguarda. A falta de ações contundentes de JHC pode prejudicar a imagem do prefeito,

ainda mais em um período eleitoral que se aproxima, com a execução de obras importantes já em andamento por parte do governo estadual.

Se o governo do Estado executar as melhorias necessárias no transporte ferroviário e viário, isso criará uma pressão ainda maior sobre a gestão municipal para que implemente, finalmente, soluções viáveis no sistema de transporte da capital. A insatisfação da população pode aumentar caso o prefeito continue a não apresentar alternativas para os congestionamentos e problemas de mobilidade, situações que afetam diretamente o cotidiano de quem vive em Maceió e seus arredores.

A escassez de ação por parte de JHC no setor pode custar caro politicamente, e a cidade pode se ver mais uma vez à mercê de soluções feitas à medida de outros. A jogada do governo estadual é um claro recado: Maceió precisa mais do que promessas; precisa de ações concretas, como as que Paulo Dantas está propondo.



SAÚDE

Desde o lançamento em abril do ano passado, foram realizados 13 transplantes renais, dois cardíacos e um hepático

Programa Alagoas Transplanta salva a vida de 16 alagoanos em nove meses

Em abril de 2024, o Governo de Alagoas fez história com o lançamento do programa Alagoas Transplanta, criando o primeiro programa de transplantes na rede pública estadual de saúde. O Hospital do Coração Alagoano, localizado em Maceió, foi habilitado para realizar transplantes de coração, rim e fígado. Desde sua implementação, o programa já salvou 16 vidas, com destaque para 13 transplantes renais, dois cardíacos e um hepático. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e o Ministério da Saúde, com o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e proporcionar um acesso mais ágil a procedimentos essenciais.

O governador Paulo Dantas ressaltou a importância do programa, destacando que a realização de transplantes nas unidades de saúde locais não só otimiza recursos, mas também

melhora a qualidade dos serviços de saúde. O secretário de Estado da Saúde, Gustavo Pontes de Miranda, enfatizou que o Alagoas Transplanta é um exemplo nacional em procedimentos de alta complexidade e uma grande conquista para o estado. O programa tem sido responsável por transformar a vida de muitos alagoanos, como aconteceu com os 16 pacientes que receberam novos órgãos.

O programa teve um marco histórico em 13 de setembro de 2024, quando foi realizado o primeiro transplante de órgãos sólidos na rede pública estadual. Os pacientes José

Amorim Barbosa e Izaildo de Araújo, ambos com insuficiência renal, foram os primeiros a receber transplantes renais, dando fim a anos de dependência da hemodiálise. A equipe do Hospital do Coração Alagoano comemorou o sucesso da cirurgia, destacando a competência e a especialização dos profissionais da unidade.

A realização dos transplantes, porém, depende também da doação de órgãos. A família do doador desempenha um papel crucial nesse processo, oferecendo um gesto altruísta e generoso mesmo em momentos de dor e perda. A coordenadora da Central de

Transplantes, Daniela Ramos, destacou a importância da conscientização sobre a doação de órgãos, enfatizando que o sucesso do programa depende tanto da qualidade dos serviços médicos quanto da solidariedade das famílias que dizem sim à doação.

Uma das primeiras transplantadas de coração, Jandair Marques, de 46 anos, expressou sua emoção ao receber a alta médica. A paciente, que agora tem uma nova chance de vida, agradeceu pela oportunidade de viver ao lado da sua família. O programa Alagoas Transplanta, com sua realização de transplantes bem-sucedidos e o apoio das famílias de doadores, representa uma nova era para a saúde pública de Alagoas, salvando vidas e oferecendo esperança a muitos.



REALIZANDO SONHOS

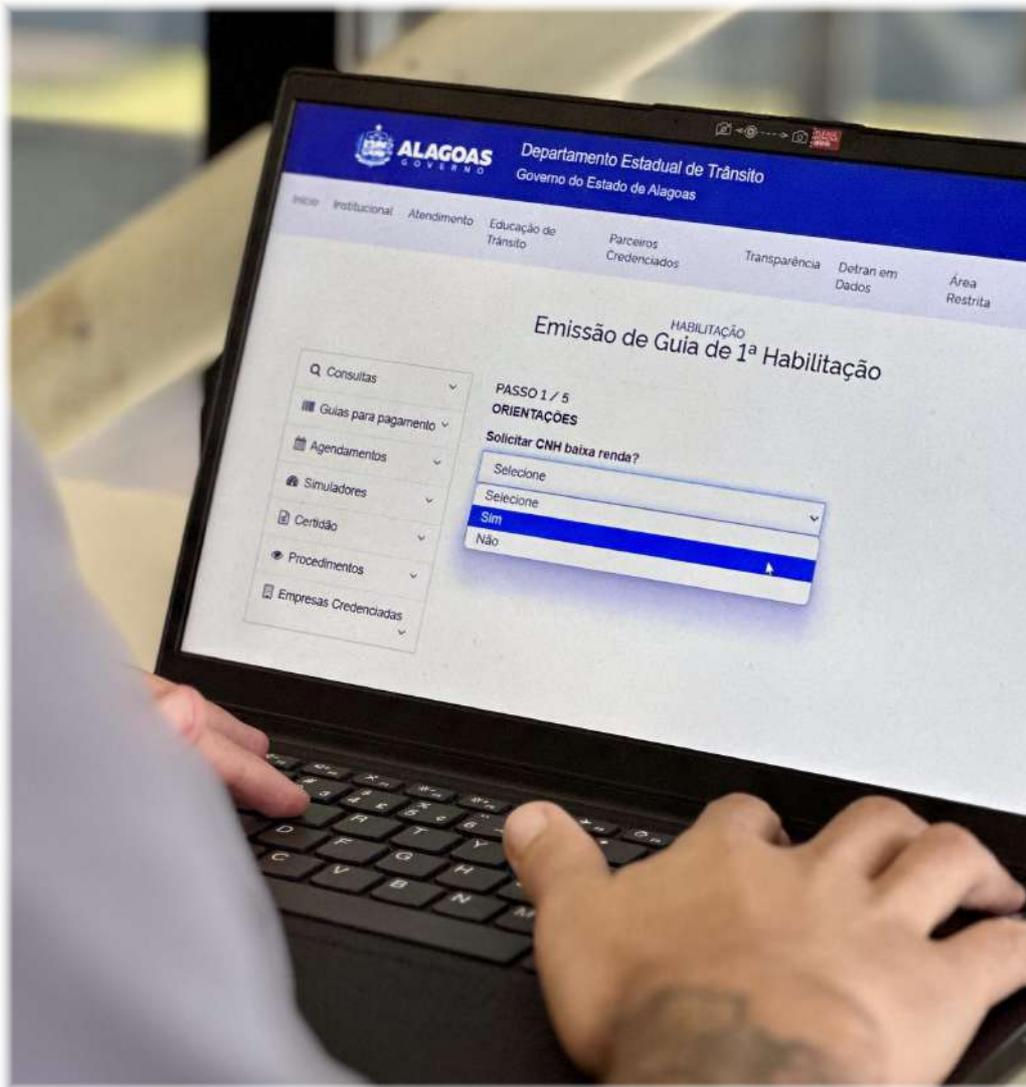
Programa social beneficia usuários do CadÚnico com a isenção da taxa do Detran no processo de 1ª habilitação

CNH Baixa Renda do Detran já beneficiou mais de 7 mil alagoanos

Para facilitar a realização do sonho da 1ª Carteira Nacional de Habilitação, o Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran) disponibiliza a CNH Baixa Renda para os usuários que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Em vigor desde abril de 2024, a CNH Baixa Renda já beneficiou 7.076 pessoas com a isenção da taxa do Detran. O número representa 32,94% do total de procedimentos de primeira habilitação abertos entre abril e dezembro do ano passado.

Os usuários que optam pela CNH Baixa Renda podem solicitar a 1ª habilitação nas categorias A, B, AB, Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC) ou ACC+B e terão o benefício da isenção da taxa do Detran, que pode chegar até R\$ 428,75 para os candidatos que tiverem interesse em duas categorias (AB). A isenção corresponde aos serviços de captura de imagem e biometria, controle de frequência digital, um (01) exame teórico, um exame prático para cada categoria pretendida, postagem e pré-postagem. “Os usuários podem solicitar o benefício por meio do site do Detran, clicando no serviço de 1ª habilitação. Após selecionar a opção CNH Baixa Renda, o benefício será liberado depois que a pessoa digitar o CPF e o sistema identificar que ele faz parte do CadÚnico. Além disso, o candidato deverá ser penalmente imputável, saber ler e escrever e possuir carteira de identidade, assim como todos os candidatos à CNH. Nos casos em que o RG não tenha sido emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas (SSP/AL), o usuário deverá buscar atendimento presencial nos postos de atendimento do Detran”, orientou Wilton Pereira, chefe de Controle de Condutores do Detran Alagoas.

Após a abertura do serviço, o candidato deverá primeiro pagar a guia da clínica, agendar e realizar os exames clínico e psicológico, realizar curso teórico de formação em um Centro de Formação de Condutores (CFC) credenciado (a lista dos CFCs



deve ser conferida clicando aqui), agendar e realizar a prova teórica, realizar curso prático, e agendar e realizar a prova prática de direção veicular.

Marco Fireman, diretor-presidente do Detran, destaca que o Governo de Alagoas tem desenvolvido diversos programas sociais pensando em toda a população alagoana. Para os condutores e proprietários de veículos, além da CNH Baixa Renda, também foram dadas a isenção do IPVA para motocicletas de até 175 cilindradas e motoristas por aplicativo, por meio do programa Correria, e a redução de 50% no licenciamento e em outras três taxas do Detran para mototaxistas e motofretistas. “Essa é mais uma ação social pensada para beneficiar a população alagoana, especialmente os usuários de baixa renda. Reduzimos o custo da CNH ao isentar a taxa cobrada pelo Detran para ajudar na realização desse sonho, que, muitas vezes, representa uma chance de entrar no mercado de trabalho”, afirmou o diretor-presidente Marco Fireman.

Informação

É uma ferramenta essencial para a tomada de decisões importantes...



GRANDE IMPRENSA ALAGOAS



Essa informação vale ouro!

mas, apenas se forem:

- Notícias precisas
- Análises abrangentes
- e uma visão imparcial dos eventos atuais em alagoas

GI GRANDE IMPRENSA ALAGOAS

SOMOS UM GRUPO DE EMPREENDEDORES NA PRODUÇÃO, GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO. REPRESENTAMOS HOJE A MAIOR TIRAGEM SEMANAL DE EXEMPLARES DE JORNALS IMPRESSOS DO ESTADO. ESTAMOS EM VÁRIAS PLATAFORMAS: SITES, JORNALS DIGITAIS, BLOGS



FOCO NO TÍTULO MAIOR

Técnico do Timão aponta excesso de jogos e ressalta que principal objetivo do clube é a competição continental

Ramón Díaz foca na Libertadores e minimiza desempenho do Corinthians no Paulistão



Após o empate por 1 a 1 no clássico contra o Palmeiras, o técnico do Corinthians, Ramón Díaz, se concentrou em minimizar as críticas à performance do time e se preparou para os desafios da temporada. Durante a coletiva pós-jogo, o treinador argentino atribuiu o desempenho abaixo do esperado à intensidade do calendário e ao desgaste físico dos jogadores, que estão em início de temporada e não estão totalmente recuperados.

“Aqui no Brasil, se joga a cada três dias. A quantidade de jogos é um fator difícil, especialmente no começo da temporada, quando os atletas ainda não estão fisicamente no nível ideal. Outros times, por exemplo, treinam por três meses antes do Paulistão, o que torna a competição mais desafiadora”, comentou Ramón. O técnico garantiu que a equipe se adaptará com o tempo, e a qualidade do futebol irá melhorar conforme os jogadores ganham ritmo.

O Corinthians volta a campo no próximo

domingo (9), contra o São Bernardo, e, para este confronto, o rodízio de jogadores será retomado. Ramón Díaz reforçou que o foco principal do clube não é o Campeonato Paulista, mas a Pré-Libertadores, que começará em 19 de fevereiro, com o Timão enfrentando o Universidad Central, da Venezuela.

“Nosso maior objetivo é a Libertadores, e é para isso que estamos nos preparando. Vamos poupar jogadores quando necessário para evitar lesões e chegar prontos para a competição internacional”, destacou o treinador. A vitória sobre o São Bernardo, portanto, será importante, mas não deve ser priorizada de forma exagerada em relação ao planejamento para a competição continental.

BATE-BOCA PSICOLÓGICO

Vídeo oficial do clube expõe falhas em jogos passados enquanto rival se manifesta nas redes sociais

Real Madrid se antecipa e dispara críticas contra arbitragem antes do clássico com o Atlético de Madrid

O tradicional clássico da capital espanhola, entre Real Madrid e Atlético de Madrid, está marcado para

o próximo sábado (7), no Santiago Bernabéu. Mas, antes mesmo de a bola rolar, os dois gigantes já trocam alfinetadas relacionadas à arbitragem. Na véspera do jogo, o Real

Madrid decidiu lançar um vídeo em sua plataforma oficial de mídia, destacando o que considera erros recorrentes de árbitros em jogos recentes da equipe. A produção foca especialmente nos juízes Soto Grado e De Burgos Bengoetxea, que serão os responsáveis pela condução do esperado dérbi.

A iniciativa gerou reações nas redes sociais, com o Atlético de Madrid criticando a postura merengue. Os Colchoneros publicaram mensagens ironizando a pressão do Real, inclusive envolvendo a Real Academia Española em um pedido de esclarecimento sobre a linguagem utilizada pela equipe. Nas palavras de seus representantes, a prática do clube adversário, de questionar a arbitragem em vídeos institucionais, faz parte de uma estratégia para influenciar o trabalho dos árbitros.

Por sua vez, os treinadores Carlo Ancelotti e Diego Simeone preferiram não alimentar mais a discussão. O técnico do

Real Madrid se limitou a falar do foco de sua equipe no jogo, enquanto Simeone, de forma diplomática, ressaltou que o importante seria o desempenho dentro de campo, ignorando qualquer fator externo que pudesse impactar o confronto.

O clássico, que colocará em jogo a liderança de La Liga, promete ser ainda mais quente dentro das quatro linhas. O Real Madrid, com 49 pontos, lidera a competição, enquanto o Atlético de Madrid, com 48, tenta encerrar um jejum de quase uma década sem vitórias no Bernabéu. O embate é crucial para ambos os clubes, e o impacto do que vem antes da partida parece ter apenas aumentado a tensão no ar.



Segurança garantida

Os clubes de futebol de Pernambuco anunciaram novas medidas para garantir a segurança nos estádios durante as partidas. A decisão surge após a crescente preocupação com atos de violência e o aumento de incidentes nos jogos da temporada. As ações incluem o reforço no número de seguranças, controle de acesso mais rigoroso e melhorias nas condições de infraestrutura das arenas. Com isso, a expectativa é reduzir as ocorrências de tumultos e oferecer um ambiente mais seguro para os torcedores e atletas.

Desfalques do CSA

O CSA enfrenta novos desfalques importantes para a partida contra o Penedense, marcada para o próximo fim de semana. O clube alagoano perdeu dois titulares devido a lesões que os afastarão dos gramados por tempo indeterminado. O técnico está trabalhando para ajustar a escalação, buscando alternativas para suprir essas ausências. Apesar dos desafios, a equipe segue focada em obter um bom resultado, visando continuar com o desempenho positivo na competição.

Saída de Zé Carlos

O CSA anunciou a saída do auxiliar técnico Zé Carlos após uma reunião interna do clube. O treinador, que esteve à frente de diversas orientações estratégicas da equipe, deixa o cargo em meio a um momento de mudanças no elenco. A direção do clube afirmou que a decisão foi tomada após avaliação do desempenho geral do time. O CSA agora busca um novo profissional para assumir o cargo, visando a continuidade do trabalho e os bons resultados da temporada.

Crítica de Tannure

Após ser demitido por Rodolfo Landim, presidente do Flamengo, o médico Marcos Tannure fez duras críticas aos sucessores que assumiram o departamento médico do clube. Tannure acusou a nova equipe de não estar qualificada para o cargo e de contar com profissionais já aposentados, o que comprometeria a qualidade do atendimento aos atletas. A situação gerou grande repercussão entre os torcedores, que se dividem nas opiniões sobre o futuro do setor médico rubro-negro e a gestão de sua saúde.

CRISE NO CRB

André Martins afirma que falhas no planejamento e lesões impactaram o desempenho, mas defende treinador Umberto Louzer

Executivo admite início de temporada abaixo das expectativas e cobra resultados

O CRB tem enfrentado dificuldades em sua trajetória no Campeonato Alagoano, e o executivo de futebol, André Martins, reconheceu que o início de temporada da equipe está abaixo do esperado. Em entrevista, Martins comentou a atual fase do time e se solidarizou com o técnico Umberto Louzer, enfatizando que a responsabilidade pelos maus resultados deve ser

compartilhada entre todos no clube.

“Não é só o treinador. Temos que dividir a responsabilidade. O trabalho está sendo bem feito, mas os resultados estão aquém do esperado. Passamos por uma reformulação no elenco e tivemos problemas com lesões, o que dificultou o entrosamento da equipe”, afirmou. Segundo ele, o planejamento do clube foi impactado por imprevistos, o que afetou diretamente o rendimento do time em campo.

Martins destacou que a alta

quantidade de jogos e a chegada de novos jogadores ainda não foram suficientes para garantir a estabilidade do time. A falta de uma equipe base sólida e os desfalques por contusão dificultaram a montagem de uma formação que fosse capaz de encaixar um bom desempenho nas competições.

Embora as dificuldades sejam evidentes, a expectativa é de que o time consiga reagir nas próximas partidas. O executivo enfatizou que o jogo contra o rival no sábado (9) será um divisor de águas para o CRB,

e a vitória se tornou essencial para retomar o caminho das vitórias e garantir a classificação para as próximas fases.

No mercado, o clube ainda busca reforços. A janela de contratações do estadual se encerra na sexta-feira, e, de acordo com fontes próximas ao clube, o atacante Thiaguinho, ex-Flamengo, pode ser anunciado nos próximos dias. A expectativa é que contratações pontuais ajudem a dar novo fôlego ao time.

BRUNINHO E NEYMAR

Bruninho, famoso jogador de vôlei, causou burburinho nas redes sociais ao compartilhar uma publicação de cueca. O atleta, que é conhecido por suas habilidades dentro das quadras, atraiu a atenção de Neymar, que comentou a postagem com um elogio: “Gostoso”. A interação entre os dois gerou reações de fãs, que aprovaram o bom humor e a amizade entre os dois astros.

A cena inusitada ainda gerou muitos comentários de seguidores, refletindo a influência das figuras públicas nas plataformas digitais e o bom relacionamento entre os atletas.

ACORDO NO UFC

O UFC anunciou a conclusão de um processo envolvendo lutadores com um acordo financeiro de US\$ 37,5 milhões. A negociação foi aprovada após um longo período de discussões e envolveu uma série de compensações para os atletas. A decisão foi vista como um marco positivo para a organização, que busca melhorar as condições financeiras dos lutadores. Este acordo também destaca o crescente reconhecimento do valor dos atletas do UFC, buscando uma melhor divisão dos lucros no esporte.



NÚMERO DE SENNA

O piloto estreante da Mercedes na Fórmula 1, em 2025, revelou que correrá com o número 87 como homenagem a Ayrton Senna. O calouro, que está fazendo sua primeira temporada na principal categoria do automobilismo, explicou que escolheu o número devido à sua admiração pela lenda brasileira. A homenagem de pilotos novatos aos grandes nomes da história da F1 não é rara, e esse gesto reforça a conexão emocional dos fãs e das novas gerações com os ídolos do passado, especialmente Senna, um ícone do esporte mundial.



CLÁSSICO ADIADO

O clássico entre Palmeiras e Corinthians, que estava marcado para esta terça-feira, foi adiado devido a um forte temporal que atingiu a cidade de São Paulo.

O árbitro decidiu suspender a partida por conta das condições climáticas adversas, garantindo a segurança dos jogadores e da torcida. A decisão causou surpresa, mas foi amplamente apoiada pelos envolvidos. Agora, as equipes e os fãs aguardam o novo anúncio da data, enquanto os times se preparam para o grande duelo, que promete ser um dos mais aguardados da temporada.

INFRAESTRUTURA DE CAMPEÕES

Craque brasileiro sugere ajustes na infraestrutura do centro de treinamento para atender às necessidades atuais da equipe

Neymar cobra melhorias no CT Rei Pelé e Santos projeta reformas em instalações do clube

O Santos está planejando uma série de reformas e melhorias no CT Rei Pelé, com o objetivo de modernizar as instalações e proporcionar condições ideais para o trabalho dos atletas. A motivação para essa decisão veio de ninguém menos que Neymar. Em sua recente volta ao clube, o craque destacou que a infraestrutura do CT não havia mudado desde a sua

saída para o Barcelona, em 2013. A diretoria, atenta às observações do ídolo, começou a traçar um cronograma de melhorias.

Uma das principais áreas que passará por ajustes será a dos quartos dos jogadores, que precisam de uma atualização no mobiliário e no layout geral. A reforma incluirá, também, os armários e banheiros, espaços essenciais para o conforto dos atletas durante a concentração para os jogos. Segundo a gestão, a previsão era de que essas obras

começassem em janeiro, mas a desistência da viagem à pré-temporada nos Estados Unidos adiou o início dos trabalhos.

Apesar disso, algumas mudanças já foram feitas, como a troca de lençóis por modelos de melhor qualidade. Além disso, a área de convivência do CT passou por uma renovação, com melhorias no espaço de lazer dos jogadores, incluindo uma mesa de sinuca e um videogame. Essas modificações visam oferecer aos atletas melhores condições de descanso e integração

fora dos treinos.

O Santos também se prepara para um grande projeto: a reforma do hotel do CT, que pode ser temporariamente fechado para dar lugar a obras mais profundas. Com a iminente mudança para São Paulo, após o acordo com a WTorre para a construção de uma nova Vila Belmiro, a necessidade de investir na infraestrutura do CT é vista como prioridade para o futuro do clube.





Vamos **JUNTOS**

VENCER a

DENGUE!

O Brasil vive o seu maior desafio na luta contra a dengue. As crianças da LBV mostram como podemos prevenir!

LBV.ORG.BR



realização

apoio



LBV